

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado

Class.: 169

Data: 19.04.84

Pg.: _____

Índios catarinenses comemoram seu dia somando mais derrotas

Há cinco anos, dois meses antes de morrer, Eduardo Lima e Silva Hoerhann, o sobrinho-neto do Duque de Caxias que pacificou os Índios do Vale do Itajaí, dizia, com tristeza, que o pecado contra os indígenas foi aproximá-los da civilização. E confessou, sem esconder as lágrimas: "Ajudei a destruí-los".

E foi a partir desta data, no início deste século, que o conflito entre os Xoklengues e colonizadores ganhou dimensão, estendendo-se por todo o Vale à medida que a civilização conquistava espaços em meio às florestas.

Hoje, reduzida a poucas famílias, a Reserva Indígena, localizada em Ibirama, vive em permanente estado de tensão. Se por um lado a Funai garante que a sua política de defesa desta raça é "incor-

ruptível", por outro a extração de madeira e a ocupação de terras por invasões constituem-se ainda em problemas aos quais o próprio Governo admite ter fechado os olhos por falta de recursos para combatê-los.

— Eles chegam a ser logrados estupidamente na venda ilegal de madeira", revela Nicanor Morro, proprietário da Indústria de Madeiras Morro, de Apiúna, para quem "até a metragem sempre favorece o madeireiro".

E se o próprio indígena fica indiferente à ação dos invasores é porque esta é a única forma de entrar algum dinheiro na Reserva. Receber uns trocados que os permitam adquirir utensílios ou ir ao centro de Ibirama almoçar num restaurante e regressar à Reserva de táxi, proporcionando-lhes bons momen-

tos, fora da rotina. O hábito de caçar, pescar e até mesmo produzir artesanato está sendo deixado de lado, em troca de entretenimentos que a civilização já lhes proporciona.

Mais de 10 mil metros cúbicos de canela já foram explorados ilegalmente nos últimos anos. E o corte não tem sequer respeitado a fase em que a árvore adquire esta condição.

Nos últimos dois meses, a situação atingiu uma fase crítica. A exploração aumentou consideravelmente — 70 caminhões fazem o transporte ilegal de madeira, atualmente, segundo Nicanor Morro, e os índios, com o objetivo de obter meios de auferir rendas, chegam a ofertar o produto aos madeireiros por qualquer preço. O preço chega a atingir a Cr\$ 90 mil o metro cúbico.

No Oeste as perdas são irrecuperáveis

Chapecó — O assustador conjunto de problemas que aflige a sociedade brasileira impedirá que, hoje, o dia nacional do Índio seja alvo de debates, análises e discussões. Passando despercebida ou não, a data não altera o quadro de dificuldades que os povos indígenas brasileiros vivem.

No Oeste de Santa Catarina, a problemática indígena está presente desde o início da colonização e foi se agravando à medida que avançava o processo de ocupação e transformação regional. Dos 50 mil hectares que os Índios Caingangues e Guaranis dispunham no início do século restaram menos de 15 mil hectares. A perda é enorme se for constatado que, anteriormente, não haviam limites nos domínios desses povos.

A gravidade da situação dos índios brasileiros provocou uma antagonização de posições entre órgãos do governo (a Fundação Nacional do Índio, principalmente) e a sociedade civil (antropólogos e o Conselho Indigenista Missionário/Cimi). O Serviço de Proteção ao Índio, transformado depois na Fundação Nacional do Índio, não conseguiu equacionar os principais problemas dos povos nativos. O conselho missionário, criado para formar religiosos que se dedicariam à pastoral indígena, acabou se transformando na linha de frente da luta dos indígenas brasileiros. Essa transformação é reconhecida pelo bispo diocesano de Chapecó, dom José Gomes, que presidiu o Cimi durante uma gestão.

No Oeste de Santa Catarina, esse duelo entre Funai e Cimi é conhecido há cerca de dez anos e tem como pivô a situação da reserva indígena "Xapecó", que ocupa excelentes terras nos municípios de Xanxerê e Xaxim. Riquíssima em pinheiros, a reserva foi espoliada: a Funai permitiu que indústrias de extração e beneficiamento de madeira adentrassem na reserva e a explorassem. É impossível calcular a quantidade de madeira retirada como também é difícil saber onde e como foram aplicados os recursos assim auferidos. O Cimi garante que o dinheiro não voltou à reserva, em forma de programas assisten-

ciais, como previa a Funai.

A Reserva Indígena Xapecó foi criada em 1902 pelo governo do Paraná, com área de 50 mil hectares. Os seus limites não foram respeitados e, paulatinamente, os brancos marcharam sobre as terras, destruindo suas riquezas e acucando os índios. Agora, restam cerca de 16 mil hectares e uma pequena mostra dos imensos e valiosíssimos pinheiros. No segundo semestre de 1976, os Caingangues e Guaranis da Reserva Xapecó se rebelaram ante a inépcia da Funai e expulsaram todos os intrusos que habitavam suas terras. Sem violência, os índios forçaram os colonos que intrusavam a reserva para que a abandonassem, em curto espaço de tempo, sob pena de represálias.

Quando os índios tomaram essa medida, restavam na área dezenas de pequenos produtores. Os grandes exploradores de madeira, àquela altura, haviam desistido da atividade: as mais importantes e rendosas reservas florestais estavam devastadas. Caingangues e Guaranis recuperaram o domínio de suas terras mas nunca terão de volta as riquezas extraídas.

E hoje, como vivem os Índios do "Xapecó"? Mal. As habitações são pobres e precárias. Menos de uma centena de famílias têm casas de madeira e as demais vivem em choupanas. A alimentação é deficitária e a assistência médica e odontológica é incompleta. O Cimi clama por um amplo programa assistencial e educativo que permita ao índio a exploração de suas terras e a preservação de seus valores sócio-culturais. "O índio deve receber toda a assistência para uma vida digna, para a manutenção de seu modus vivendi, sua tradição cultural que, para a sociedade branca, se constitui em uma riqueza inestimável", coloca Wilmar D'Angelis, do Conselho Indigenista Missionário.

O ex-presidente do Cimi, dom José Gomes, enfatiza que a terra deve ser respeitada: em todo o país, um dos maiores entraves para a sobrevivência de grupos indígenas é a falta da demarcação das áreas que, continuamente, sofrem intrusão. A questão da terra pode

agravar-se, para a Reserva Xapecó, se a Eletrosul construir as barragens de pequeno porte projetadas para os rios Chapecó e Chapecozinho. Essas pequenas hidrelétricas alagarão aproximadamente três mil hectares de boas terras indígenas. O prelado, ferrenho crítico do projeto energético da Bacia do Uruguai, não admite a construção de barragens (estão previstas 22 para toda a Bacia hidrográfica) em região fértil, produtiva e densamente povoada como o Oeste Catarinense porque "criarão custos sociais elevados para os agricultores e indígenas". No Rio Grande do Sul também serão prejudicadas áreas indígenas.

O mais recente e conflitante problema indígena ocorre em Chapecó onde remanescentes de Caingangues e Guaranis estão disputando com colonos a posse de terras de Sede Trentin, uma região chamada "Toldo Chimbangue" e que no passado abrigava comunidade indígena. Cerca de meia centena de remanescentes indígenas pediram, na justiça, a remoção de 150 famílias de produtores rurais ali instalados, em média há mais de 45 anos. A situação agravou-se: de um lado, o Cimi e a igreja apoiam os índios, de outro, as cooperativas de produção agrícola defendem os produtores rurais. A OAB local examinou a questão e deu parecer favorável ao grupo indígena. O assunto está na justiça federal mas, qualquer que seja a solução, causará problemas sociais.

O bispo de Chapecó, profundo conhecedor da problemática indígena, entende que a Funai precisa "ter amor pelo índio", respeitando sua vida, sua cultura e promovendo seus direitos. Acredita que toda a comunidade nacional deve participar dos esforços para salvar da destruição os últimos 220 mil índios brasileiros. Lamenta que a Funai dificulte o acesso de missionários às áreas. Nega a previsão de antropólogos e sociólogos que prevêem a inexorável extinção dos grupos indígenas, nas próximas décadas, face as insustentáveis pressões da sociedade envolvente. "Podemos salvar os índios, basta querermos", afirma.

Alunos da UFSC lançam nota contra a política da Funai

"O Governo Federal e o Ministro do Interior mais uma vez, mostram hoje sua reconhecida insensibilidade ao lidar com a crise do Parque Nacional do Xingu e os guerreiros Txucarramães, que, legítimo recurso de defesa de sua sobrevivência, bloquearam a estrada BR-80 e capturaram alguns funcionários da Funai como reféns". Este é um dos trechos da nota emitida por alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSC para lembrar o Dia Nacional do Índio, neste dia.

"Nós os alunos da Pós-Graduação em Ciências Sociais, Opção Antropologia e Sociologia da UFSC, vimos manifestar nossa

solidariedade com a luta dos povos indígenas do Parque Nacional do Xingu na defesa de suas vidas, suas tradições e sua organização social que lhes permite viver em liberdade, resguardando sua cultura e dignidade". A nota reafirma ainda o apoio à organização dos líderes indígenas, que por possuem legítima representatividade, tomam em suas mãos a liderança da luta pelos seus direitos. Além disso, os alunos apoiam também o projeto de lei apresentado pelo cacique Xavante Mário Juruna, que modifica a composição do Conselho Diretor Funai, e que este seja composto de pessoas indicadas pela comunidade indígena, conhecedora real de suas dife-

dades. Os alunos fazem uma referência à atitude do presidente da Funai, Otávio Ferreira Lima, que negou-se a dialogar com os Txucarramães, cercou a sede nacional da Funai em Brasília de soldados da PM.

A nota termina com um repúdio às manobras de reforma do Código Civil para tornar os índios incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil, e as tentativas para retirar do Estado a responsabilidade de defender aqueles que já foram os lúdimos proprietários do Brasil.

Cópia da nota foram enviadas à Funai, Ministério do Interior, Deputado Federal Mário Juruna, Diretórios Nacionais de Partidos Políticos, jornais e revistas.